

ATA DA 040ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência gostaria de homenagear todas as mulheres do Brasil cumprimentando a nossa querida presidente Dilma Rousseff, considerada pela revista *Forbes* a segunda mulher mais importante do globo terrestre.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, as mulheres estão comandando o espetáculo em nível não apenas de Brasil, mas em nível de planeta.

Sr. presidente, faço uso da tribuna na manhã desta quinta-feira para falar que participei da audiência realizada ontem com o presidente da

Casan, Dalírio Beber, para tratar de todos os procedimentos relacionados à Barragem do Rio do Salto, obra postergada por vários anos porque o Orçamento do governo federal, por duas vezes consecutivas, garantido no PAC, acabou não sendo destinado a essa obra por consequência dos impedimentos relativos às questões ambientais.

Mas o governo do estado vem tomando as devidas providências - e de pronto também o presidente da Casan, juntamente com o presidente da Fatma, com o qual devo conversar ainda no dia de hoje - com relação aos itens complementares das exigências relacionadas ao Ministério Público Federal, em que serão sanados todos esses itens para que, definitivamente, possa ser dado um *start* ao processo licitatório para a execução dessa obra.

Refuto como uma das obras mais importantes, uma obra estruturante que vai, com certeza, proporcionar a redenção de uma região que ficou alijada no processo, sob as consequências da duplicação da BR-101, no trecho de Palhoça até a divisa do estado do Paraná, que realmente ocasionou uma concorrência desumana relacionada ao comparativo do sul com o norte do estado.

Evidentemente que o investidor, quando procura o mapa de desenvolvimento econômico do estado - e aqui não faltam investidores, fundo de pensão, principalmente pela crise global, sendo que o Brasil, que é um país de oportunidades, situa-se no mapa -, tem condições de ver onde há realmente infraestrutura, sistema modal, logística, mão de obra qualificada, portos, aeroportos, rodovias duplicadas, acesso para o mundo. E nesse certame evidentemente que todo investidor prefere se instalar da Grande Florianópolis para o lado norte do estado em direção ao Paraná.

Por essa razão vejo com muita expectativa esses investimentos para a duplicação do trecho sul da BR-101, mesmo que em ritmo lento. Mas ultimamente as obras estão até em ritmo mais acelerado, principalmente com relação à ponte de Santo Antônio e à ponte de Cabeçadas, em Laguna, que funciona 24 horas por dia, como também o túnel do Morro do Formigão. Isso vai dar, com certeza,

um lastro muito forte de tranquilidade e segurança jurídica aos investidores para que possam se estabelecer no sul.

Vejo com muita expectativa o certame final desse arranjo para a liberação dessa tão esperada obra que vai desencadear o potencial turístico e regularizar a vazão dos níveis de água em época de cheias e de estiagem. Isso vai proporcionar água para a agricultura, para a rizicultura, para a indústria e, de maneira especial, para o abastecimento humano.

Dias atrás, houve a liberação e a concorrência da BR-285, que liga o município de Timbé do Sul até São José dos Ausentes. Uma obra que na concorrência ganhou o consórcio das empresas Setep/Sotepa e Ivaí, numa monta de R\$ 95.500 milhões. Isso vai lastrear uma expectativa, uma esperança e vai consolidar uma reivindicação de muitos anos.

Identificaram a BR-285 como o corredor para o escoamento da produção do noroeste do Rio Grande do Sul, através do porto de Imbituba e do porto que se imaginava na época da foz do Rio Araranguá, que até hoje não saiu.

Temos também já licitado todo o processo para o asfaltamento da serra de Praia Grande até Cambará do Sul, num investimento de aproximadamente R\$ 50 milhões. Já há licitação do projeto e a execução da obra da Serra do Corvo Branco, que vai de Grão-Pará até Urubici, tendo como empresa vencedora da licitação a Setep.

Para a via rápida de Criciúma há recursos na monta de R\$ 100 milhões, com as máquinas já em funcionamento, operando. A terceira etapa do anel do contorno viário de Criciúma também já está com as máquinas operando.

Há uma expectativa muito forte para que nos próximos dias seja realizada uma audiência pública para discutir o traçado da quarta etapa que vai da SC-445 até a via universitária, a Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina, em aproximadamente R\$ 100 milhões.

O acesso de Treviso a Lauro Müller também já está em fase conclusiva. Nos próximos dias

ocorrerá a abertura do edital das empresas que participaram do certame para a operação do aeroporto regional de Jaguaruna, certame esse que o estado está entrando através da secretaria de estado da Infraestrutura, do Deinfra, no valor de R\$ 250 mil, em um procedimento de até cinco anos, porque como o aeroporto não se autossustenta, o estado banca um valor inicial com um propósito específico e, posteriormente, passa a terceirização.

Na sequência, a partir do momento em que ele cria um rito, uma rotatividade, uma carteira de clientes, irá estabelecer, com certeza, a concessão da empresa que virá a ser a vencedora.

Acredito efetivamente que todo aquele tempo que perdemos de um sul contagiante, de um sul promissor que há 18 anos se situava no patamar de quarta economia de Santa Catarina, caindo para a 12ª posição, começa a retomar a posição dentro de uma expectativa progressiva, com certeza, pela garra e empreendedorismo do empresário do sul; o estado com todas essas ações, através da inserção do PAC, com um investimento de mais de R\$ 9 bilhões, uma quantia significativa que se estabelece para o sul; com a modernização também do porto de Imbituba, dará um lastro de segurança jurídica para os investidores acreditarem e investirem com confiança nessa região de Santa Catarina.

Por essa razão, deputado José Nei Ascari, essa integração da bancada do sul, estadual e federal com o vice-governador, com as nossas indústrias, com as CDLs, com associações e entidades de classes, com universidades, formando uma corrente suprapartidária, desencadeia um processo na linha dos interesses comuns da nossa sociedade.

O governo está fazendo a sua parte e esperamos que os empresários possam aderir a esse chamamento, para que o sul possa voltar a patamares que em outros tempos de ouro figurava como um dos expoentes pelo PIB da indústria catarinense e nacional.

Por esta razão, sr. presidente, assomo esta tribuna com muita satisfação para enaltecer o

posicionamento do sul e dizer que estamos no rumo certo.

Era isto que gostaria de dizer, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, pessoas que nos acompanham, nesta manhã de quinta-feira, servidores deste Poder Legislativo, quero entrar em um tema que estou adiando desde terça-feira que trata, mais uma vez, da relação Polícia Civil/Polícia Militar.

É uma questão específica de uma cidade do estado de Santa Catarina, mas mesmo assim diz respeito a esse dilema vivido na segurança pública catarinense nos últimos anos.

Na cidade de Lages, na serra catarinense, a delegada regional, para ser mais preciso, tem tomado medidas para que os policiais militares não utilizem o espaço da delegacia ou das delegacias para realizar seus boletins no momento que antecede a entrega da pessoa detida na Polícia Civil. A pessoa detida no cometimento de crime é encaminhada, como se sabe, à delegacia de polícia.

Há alguns anos a Polícia Militar tomou a iniciativa de ela própria fazer o Boletim de Ocorrência, para ter a sua estatística e para que os órgãos de segurança e a polícia pudessem fazer um acompanhamento direto do lavramento desse Boletim de Ocorrência. E isso, curiosamente, tem sido feito pela Polícia Militar ou pelo menos por parte da Polícia Civil, como uma intromissão da Polícia Militar na esfera de serviço da Polícia Civil.

A Polícia Militar prendeu alguém no cometimento de crime e vai conduzir, nesse caso específico, à delegacia, para que seja relatada a situação à Polícia Civil e esta tome os

procedimentos de polícia investigativa, de polícia judiciária.

No entanto, a Polícia Militar faz, antes, o seu Boletim de Ocorrência, o que inclusive é a lógica, a fim de colher um conjunto de informações das duas instituições e que estejam integradas em um só sistema. Serve inclusive para que os órgãos de imprensa e a sociedade possam acompanhar o crescimento do nível de violência, do nível de criminalidade em nosso estado e serve para a sociedade se posicionar.

Na delegacia de Lages, especificamente na delegacia regional, os policiais militares têm que fazer esse procedimento fora da delegacia. Imaginemos a cidade de Lages agora, no período de inverno, em alguns dias, na madrugada, em que a temperatura chega a 0°.

Vou ler aqui uma nota já antiga, do dia 23 de agosto de 2011, para não dizer que estou inventando ou exagerando.

(Passa a ler.)

"Assunto: Boletim de Ocorrência da PM, na Central de Plantão Policial de Lages.

Uma comunicação da delegada regional aos delegados da região ou da cidade de Lages.

Senhores delegados:

Tendo chegado ao nosso conhecimento a intenção da Polícia Militar de Lages de efetuar registros e preenchimento de fichas no interior da Delegacia de Polícia e/ou Central de Polícia, temos a informar que inexistente qualquer orientação superior sobre tais circunstâncias e, considerando o posicionamento adotado até a presente data, **MANTEMOS** (a palavra mantemos está em caixa alta) a proibição de que a Polícia Militar, através de seus agentes, realize, formalize ou preencha fichas de ocorrência sobre seus atendimentos diretamente nas dependências das Delegacias de Polícia e Central de Polícia de Lages em virtude de diversos fatores, desde falta de estrutura física até fluidez no atendimento de ocorrências.

Entretanto, não há qualquer óbice no registro de boletim de ocorrência, via SISP, dos atendimentos prestados pela Polícia Militar junto

ao comissariado das unidades policiais, mediante atendimento do policial civil plantonista e deferimento do delegado de polícia responsável.

Atenciosamente,

Luciana Rodermel

Delegada Regional de Polícia

8ª DRP - Lages/SC" [sic]

Esse documento foi lido na íntegra e, para que fique claro, a Polícia Militar não pode fazer no espaço da delegacia os seus boletins antes de entregar a pessoa detida à Polícia Civil. Só pode ser feito desde que seja pelo comissariado da Polícia Civil, com o deferimento do delegado de polícia.

Então, há aqui uma lógica, a nosso ver, que não ajuda sequer a segurança pública do nosso estado. Esse documento é de 2011, evidentemente com relatórios, situações vexatórias, inclusive, que descem a serra até as instituições de comando e de secretaria, sobem a serra, e de lá para cá também muito pouca coisa ou quase nada mudou nesse sentido.

Atualmente, os policiais militares de Lages ganharam um caixote na garagem das viaturas da Polícia Civil para fazer os boletins. Lugar da Polícia Militar é na garagem, mesmo que esteja fazendo zero grau. Evidentemente que além do servidor público, do policial militar que está trabalhando, as outras pessoas, testemunhas e a própria pessoa presa ficam também submetidas a essa situação, por óbvio, na garagem. Inclusive afeta a segurança, não apenas a saúde das pessoas e a dignidade, porque ficam lá na garagem.

Nós vemos aqui mais um episódio de como a coirmã Polícia Militar faz o papel de uma serviçal sua, que definitivamente faz parte de um passado triste para nós e ruim para a sociedade. Infelizmente, até mesmo algumas autoridades continuam na lógica de discriminação contra os policiais militares.

Vimos, por exemplo, em uma novela da Rede Globo, há uns dois anos, o delegado como um moço bem vestido, doutor, meio mauricinho inclusive na postura, essa era a caricatura do delegado

apresentado pela novela, e o policial militar era uma pessoa simplória, na verdade um bobalhão. Assim era apresentado pela Rede Globo. Evidentemente que fizemos, como várias entidades e instituições, um protesto à Rede Globo, mas continua a velha lógica de que o PM deve trabalhar sob o comando da Polícia Militar, o que fortalece um preconceito histórico, sendo que o modo de entender a coisa é completamente errado.

A última novela da Rede Globo, que terminou há poucos dias, mostrava de forma decente, digna e bonita, o trabalho da Polícia Federal e da Polícia Civil, mas para isso não precisou desqualificar a Polícia Militar e apresentar a Polícia Civil e a Polícia Federal, a função de delegado, de agente de Polícia Civil como uma tarefa importante, digna e merecedora de aplausos. Não precisou denegrir a Polícia Militar para fazer isso.

Diversos delegados são meus amigos, não tenho inimizade com nenhum deles, da mesma forma com todos os policiais civis, mas atitudes dessa natureza mostram que não se quer romper uma lógica e até se trabalha contra o rompimento dessa lógica quando inclusive há intenção de deixar a Polícia Militar como segundo grau no critério de ingresso. Isso também, na minha avaliação, está embutido, pois na Polícia Civil todo mundo tem nível superior e o policial militar é o guardinha da esquina que serve para cumprir ordem. E quando busca cumprir bem o seu serviço, que na minha avaliação fazer o boletim de todas as ocorrências encaminhadas à delegacia é, sim, uma obrigação legal da Polícia Militar, há essas formas de retaliação que, com certeza, humilham os policiais militares, nesse caso específico da cidade de Lages, e é uma situação que precisa ser resolvida. Repito que nas outras delegacias de Lages não ocorre assim. Ocorre na delegacia regional, que é a delegacia de plantão policial, a única que fica aberta depois das 19 h. Então, não são todos os delegados, são alguns.

Assim sendo, quero registrar que esse é um problema específico da delegacia regional de Lages, porque nas outras delegacias do referido

município, nos horários em que estão abertas, o procedimento e o tratamento não são esses. Mas quando chega às 19h, a central de plantão é que fica trabalhando na sede da delegacia regional e daí, sim, o policial militar atende as vítimas, as testemunhas e os agentes os criminosos, os quais ficam lá na garagem, em cima de um caixote, fazendo os boletins, mas isso precisa ser mudado, e com urgência, pelas autoridades do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvintes da TVAL e da Rádio Alesc Digital, o tema a ser tratado, realmente, não diz respeito à segurança, deputado Sargento Amauri Soares, e sim à insegurança. Insegurança dos nossos policiais militares na execução do seu trabalho e insegurança da nossa população. Por isso venho abordar este tema no horário destinado ao Partido dos Trabalhadores.

Quero, mais uma vez, refletir e propor denunciando, sempre, a gravidade dos problemas relacionados à segurança pública no estado de Santa Catarina. Essa situação se agrava constantemente, deixando a nossa população à mercê da criminalidade.

Quando as pessoas divulgam em alto e bom som que serão criados mais presídios, que irão aumentar o número de penitenciárias é porque o número de pessoas presas no estado aumentou significativamente, que o número de bandidos aumentou - é assim que falam dessas pessoas que cometem algum tipo de crime. Isso me assusta porque o que está faltando em nosso estado é investimento em políticas públicas.

É necessário um investimento na desintoxicação do usuário de drogas, porque já é estatístico que

80% da criminalidade são por causa do uso de drogas. São jovens, são adolescentes, são crianças, inclusive, entrando nesse mundo tão perverso e o estado não tem nenhuma política pública de prevenção.

Nós debateremos esse tema de prevenção aqui constantemente, no sentido de dar mais segurança a essas famílias, como também o da recuperação do usuário de drogas.

O governador, infelizmente, vetou o projeto de lei Pró-Egresso, de nossa autoria, mas espero que os deputados se sensibilizem quando ele voltar para a pauta de discussão neste plenário. Ele foi aprovado por unanimidade nesta Casa, mas voltaremos a debater sobre o assunto.

Então, segurança é muito mais do que construir novos presídios e penitenciárias. Segurança é fazer as políticas públicas, é a prevenção do crime, é a prevenção e a recuperação das pessoas que estão nesse caminho, infelizmente, da drogadição.

Esta semana, também na cidade de São José, mais uma vez dois criminosos atearam fogo em um ônibus deixando o motorista, as pessoas que utilizavam esse ônibus e a comunidade daquele município apavorada. Não somente a cidade de São José ficou apavorada, como toda Santa Catarina.

Esses dois criminosos tiveram a ousadia de deixar com o motorista um DVD explicando os motivos do ataque. Agora eles estão explicando o motivo de estarem ateando fogo. Conforme a informação que veio para nós através dos jornais, trata-se de gravações denunciando maus tratos familiares no presídio de Santa Catarina.

É lamentável que isso tenha acontecido mais uma vez. Por isso que o governo tem que estar atento. A Força Nacional foi embora gerando aqui um estado de insegurança que várias vezes a bancada do Partido dos Trabalhadores orientava o governador no sentido de trazer de volta a Força Nacional. Mas isso não pode deixar de ser um alerta ao governo, pois ainda estamos vivendo num estado de insegurança, deputado Maurício Eskudlark. Por isso temos que fazer uma reunião

com urgência com a comissão de Segurança Pública para debater de forma mais profunda esse tema.

O sentimento de insegurança do estado explica outra reportagem, srs. parlamentares, a respeito de um tema que mereceu destaque nos noticiários de Santa Catarina, ou seja, que o estado lidera a compra de armas em nosso país. As pessoas querem fazer a sua segurança com suas próprias mãos porque não confiam no governo do estado.

Na contramão da legislação, cresce no estado a venda de pistolas, de espingardas e de revólveres. Mais do que uma estatística, o crescimento na comercialização de pistolas, revólveres e espingardas mostra uma mudança de comportamento provocada pelo aumento da sensação de insegurança que tem como causa elevado os índices de criminalidade.

Em 2012, foram vendidas em Santa Catarina 3.981 armas, o que supera em muito as vendas de 2002 anteriores à lei do estatuto, do desarmamento que dificultou a posse e o porte de armas no Brasil.

Naquela época, não havia ônibus incendiado por ordem de presos e o número de homicídios era menor. Em 2002, foram cometidos 381 assassinatos, enquanto que no ano passado foram 737 assassinatos, ocorrendo uma alta de 93.4%

Dados da Polícia Federal revelaram que no período de 1º de janeiro a 25 de abril de 2013 o estado registrou 934 compras de espingardas, pistolas e revólveres. Isso coloca Santa Catarina na liderança de armas adquiridas por civis, seguido do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Na proporção por habitantes, segundo a análise dos últimos dez anos no país, Santa Catarina ocupa o terceiro lugar, com uma arma para cada 422 pessoas. Eu queria que esse fosse o número de homens para fazer a segurança das pessoas na sua coletividade.

Repito: o sentimento de insegurança reflete diretamente nos números de cidadãos que se armam, na ilusão de garantirem, assim, a sua segurança. Estudos comprovam que possuir arma em casa aumenta o risco de morte em casos de sinistros.

Tenho sistematicamente cobrado ações e a implantação de políticas públicas que possibilitem um sistema de segurança eficiente e voltado para a prevenção. Infelizmente, o governo do estado está de costas para os problemas vivenciados pela nossa população.

Blumenau, por exemplo, não é diferente de nenhum município de Santa Catarina: muito se promete na área da segurança, mas as políticas demoram demais para ser realizadas. Em maio do ano passado - não sei se o deputado Ismael dos Santos estava lá presente -, quando estava em um palanque com o governador do estado, ele prometeu câmeras de vigilância e até hoje não foram instaladas.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Apenas para fazer justiça, quero informar que as câmeras e os recursos estão à nossa disposição, o que estão faltando são recursos da prefeitura municipal de Blumenau para a compra dos cabos. Somente isso! Acho que se cobrarmos do prefeito Napoleão Bernardes, que v.exa. ajudou a eleger no segundo turno, vamos ter uma solução para essas câmeras de vigilância.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Mas o que me deixa admirada, deputado Ismael dos Santos, é que isso ocorreu no ano passado, na gestão de João Paulo Kleinübing, que está envolvido na Operação Tapete Negro, porque se essas câmaras estivessem sido instaladas teria sido facilmente constatado que ele cometeu várias irregularidades na nossa cidade.

É certo que também temos que fazer o nosso dever de casa e cobrar do atual prefeito, mas eu estava naquele palanque e lembro muito bem da presença do governador, num sol de rachar, autorizando a compra de câmaras e dizendo que até o final do ano estariam instaladas, mas não foram.

O governador assinou também no ano passado a transferência do Batalhão da Polícia Militar para outro lugar, porque aquele local é o primeiro a ser afetado quando dá chuvas na cidade. E pasmem,

srs. parlamentares, depois de um ano da assinatura do contrato de aluguel, na semana passada, tomamos conhecimento, pelos jornais, de que o batalhão não vai mais ser transferido, vai ficar onde está. Quer dizer, o estado, mais uma vez, enganou a população de Blumenau. O governo assina os convênios, mas não são executadas as obras! Esse é um exemplo que dou da minha cidade, que era maravilhosa, linda, onde não havia crianças nas ruas, e v.exa., deputado Ismael dos Santos, sabe disso porque foi secretário da Criança e do Adolescente. Blumenau era uma cidade que investia em políticas públicas diminuindo significativamente a criminalidade, mas nesses últimos oito anos de gestão do prefeito João Paulo Kleinübing, que é do partido do governador, a cidade ficou um horror.

Então, o que estou cobrando como parlamentar é a promessa do governador, que esteve em Blumenau no ano passado assinando recursos para investimentos em segurança, de que até o final do ano isso seria executado, mas até agora estamos vivenciando a insegurança em nossa cidade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, acompanhamos pela imprensa esses dados que a deputada Ana Paula Lima relatou com referência à compra de armas. Parece que a deputada não é de Blumenau! Todo mundo sabe que Santa Catarina é o estado com maior número de clubes de atiradores, de praticantes de tiro do nosso Brasil, principalmente Joinville, Jaraguá do Sul, Blumenau e Pomerode, sendo que as compras de armas em nosso estado, na sua grande maioria, são adquiridas para os participantes daqueles clubes. Então, são armas regularizadas. O nosso estado tem o maior

registro, mas se trata de um povo cumpridor da lei. Quer dizer, as pessoas que são participantes dos clubes de tiro registram as suas armas, mas não as usam para praticar irregularidades.

Desta forma, quando soube dessa notícia não estranhei porque Santa Catarina tem essa característica, e a deputada Ana Paula Lima, que é de Blumenau, sabe que todos os praticantes dos clubes de tiro adquiram e registram suas armas. Inclusive, acompanho famílias inteiras, pais e filhos que praticam o tiro esportivo porque é uma cultura, mas sempre com muito respeito.

O governo de Santa Catarina deveria dar até um incentivo para essa prática porque foi o estado que mais regularizou suas armas.

Então, vir aqui dizer que por Santa Catarina ter o maior número de armas registradas é o estado mais inseguro é uma inverdade porque as estatísticas demonstram que, ainda com as suas dificuldades, ainda é o estado mais seguro do país; é o estado que foi escolhido, nos últimos seis anos, como o destino turístico preferido pelas suas belezas naturais, pela sua segurança pública, pelos seus empresários do turismo e pela sua população. No Rio Grande do Sul, que é administrado pelo PT, a segurança pública está um caos.

Se verificarmos, veremos que o investimento do governo federal em segurança pública é ínfimo perto do que deveria investir.

Então, ao fazer a análise da segurança pública por dados é preciso analisar. O registro de armas é uma demonstração da cultura e do respeito do povo catarinense que, inclusive, votou contra o desarmamento, mas por não confiar na Justiça e no governo.

Esta semana eu li uma matéria de um procurador aposentado, ex-promotor de Justiça, de Blumenau, João José Leal, sobre a questão deste país. Pimenta da Veiga, aquele jornalista que matou a namorada, ficou 11 anos solto antes de começar a pagar a pena pelo crime que cometeu. Então, este país é um absurdo!

Ontem, assisti reportagens a respeito dos crimes que estão sendo praticados pelos menores. Eles sabem da impunidade assim como qualquer cidadão deste país. E o que acontece? Não adianta falar para as crianças. Temos que dar exemplos e ter atitudes. Se vivemos num país onde não há atitude, não se pune quem pratica uma ação errada, não se pode querer que os jovens e as crianças tivessem uma conduta certa, já que se está demonstrando que há outra conduta.

Esses dias o vice-prefeito de Palmitos foi dar uma palestra num colégio e um aluno de oito anos fez a seguinte pergunta: "Prefeito, eu queria saber por que quando somos pequenos eles dizem para fazer a coisa certa e quando nós somos grandes fazemos a coisa errada"? Então, até a criança está vendo que dizem que não se pode fazer isso, que não se pode roubar, mas ela tem o exemplo daquele que rouba, mata e ninguém faz nada.

Vivemos num país da impunidade, da irresponsabilidade e queremos que os nossos jovens façam a coisa certa. Mas assim eles não vão fazer! Por isso que temos a criminalidade aliciando os menores. E não precisa mais aliciar, pois o menor, por ter uma conduta desregrada, vai para a prática do crime porque sabe que não vai ser punido.

Antigamente, ninguém furtava um chinelo ou uma bicicleta que estava na porta da casa porque sabia que iria ter uma punição e que aquilo era um procedimento reprovável. Hoje, infelizmente, eles não furtam mais, eles praticam latrocínio! Eles preferem matar e não levar nada a deixar de roubar. Assistindo aos canais de televisão no final da tarde tomamos conhecimento de que queimaram uma dentista porque tinha somente R\$ 30,00 na sua conta corrente; de que mataram um professor - como aconteceu ontem -, covardemente, num supermercado sem levar um centavo. Puxar o gatilho hoje, matar virou uma irresponsabilidade neste país!

Se as leis não mudarem e se o menor não for responsabilizado, vamos continuar tendo esse problema que é do país e não de Santa Catarina.

O nosso estado ainda tem a melhor segurança pública, seja pelos seus profissionais, pelo seu povo, pela sua conduta, pela sua formação. Por isso que Santa Catarina compra arma, tem arma registrada, mas os crimes que ocorrem em nosso estado não são praticados com armas registrados, são praticados com armas raspadas, com armas que entraram do Paraguai porque não há vigilância do governo federal na fronteira.

Então, devido a essa baderna legalmente registrada e instalada é que ocorrem os crimes. Isso não ocorre devido às armas que as pessoas de bem têm em seu poder. Um pouco disso também é que foi desestruturada a segurança pública.

Fico triste quando ouço um colega desta Casa, deputado Sargento Amauri Soares, dizer que o policial militar se sente um guardinha na esquina. É uma missão louvável a da Polícia Militar. Cada um tem a sua missão: uma a de investigar e a outra de fazer o policiamento preventivo. Então, todas as missões são louváveis e importantes.

Mas o que o cidadão quer? Ele quer o policiamento ostensivo. Ele valoriza o policial militar, mas, infelizmente, não o vê mais na rua porque o policial militar agora quer investigar, quer fazer TC, quer registrar BO. Então, não há mais policial na rua. Todo mundo quer ir para os gabinetes e ficar bonito.

Mais um ônibus foi queimado esta noite. A polícia agiu de forma louvável. A Polícia Militar de Gaspar prendeu em flagrante um grupo que estava tentando queimar um ônibus. É isso que o povo quer: a polícia na rua. E o policial militar que está na rua, que está cumprindo a sua obrigação é reconhecido pela sociedade.

Então, cada um tem a sua missão. Ocorreu o crime, não pode ser evitado e aí cabe a Polícia Civil investigar, ir atrás de provas e levar a julgamento. Nossos presídios estão cheios por aqueles flagrantes feitos pela Polícia Militar na rua ou pelas investigações feitas pela Polícia Civil.

Srs. deputados, a delegada de Lages, sra. Luciana Rodermel, uma excelente delegada, não quer

que haja uma sala dentro da delegacia porque em Lages foi feita uma denúncia ao Ministério Público e ao Poder Judiciário de que houve agressão a presos dentro da delegacia. Na apuração, ficou constatado de que havia uma sala para a Polícia Militar e que para lá ia o preso alterado. Houve energia por parte dos policiais militares para conter os presos, mas a denúncia que chegou foi de que na delegacia ocorreu agressão aos presos.

Eles não querem que haja nenhuma sala separada, mas que ao chegarem à delegacia sejam entregues e encaminhados ao presídio. Feito o flagrante e o atendimento, que o preso seja encaminhado ao presídio. Não pode ter sala lá, até porque o policial militar não tem que ficar dentro da sala. Quando a Polícia Militar quis fazer o TC, mudar a lei, a desculpa ou a justificativa era de que, vamos dizer, o comando geral da época era assim, que seria rápido. No próprio local do fato a Polícia Militar já atende, faz o BO e despacha todo mundo. Não precisa ir para a delegacia, não precisa toda essa burocracia.

Então, o ex-governador Luiz Henrique, na época, assinou um decreto dizendo que poderia fazer o TC dessa forma. Só que agora não pode mais! Dentro do batalhão há o oficial do TC, o policial do TC, mas criaram um cartório e o policial não está mais na rua.

Por causa daquela história de, para ser mais rápido, liberar o cidadão na hora, agora estão intimando pessoas para irem ao batalhão prestar depoimento. Lamento essa desestruturação da segurança pública que está provocando um caos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos- V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUKLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado, entendo a sua empolgação, pois v.exa. é mestre na área, delegado, vem da Polícia Civil. Quero apenas fazer um contraponto aqui, deputada Ana Paula Lima, nossa companheira de caminhada em Blumenau, porque não dá para usar dois pesos e duas medidas.

Santa Catarina é 1% do território brasileiro e temos o menor índice de criminalidade no país. Há

falhas? É claro que há falhas, mas precisamos aplaudir a Proerd! A deputada Ana Paula Lima falava que um milhão de crianças catarinenses passaram por um programa como esse. Quero saber qual estado do Brasil que passou por um programa como esse!

Vamos lançar, no mês de julho, o chamamento para o edital das comunidades terapêuticas abrindo mil vagas para dependentes químicos, coisa que existe hoje somente em Minas Gerais. É o segundo estado do país que vai implantar esse programa. Agora, vamos olhar para a segurança pública em nível nacional. Temos um país continental com apenas 19 postos da Polícia Federal, por onde entram as armas e todo o narcotráfico.

Então, deputada Ana Paula Lima, a nossa posição, a nossa palavra neste momento é de que devemos ter equilíbrio e saber que segurança é uma questão nacional também.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado.

Temos a melhor segurança do Brasil, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que tem uma bela história na instituição. Só que temos que manter a estrutura, o policial militar no ostensivo, na rua, desburocratizado, o mais livre possível para atuar, e a Polícia Civil na investigação. A coisa simples: cumprirmos a lei e mudarmos, em nível federal, a legislação, para acabarmos com a impunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Srs. deputados...

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa, pela sua generosidade, em nome do seu partido, o PMDB.

Eu não disse que os policiais militares se sentem um guardinha da esquina. Agora, a lógica que se quer instituir contra eles é de que eles sejam apenas o guardinha da esquina.

Se o policial militar fica somente na rua fazendo o serviço operacional, quando flagra o crime leva para a delegacia, vira as costas e vai embora e só serve como testemunha daquele processo, posteriormente está dizendo sim na mesma lógica que v.exa. está defendendo que ele é apenas o guardinha da esquina, e é isso que se pretende mudar.

Era este o esclarecimento que gostaria de fazer.

Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Muito obrigada, deputado, v.exa. é muito generoso.

Para fazer uma correção, quero dizer que não entendi bem o que o deputado Maurício Eskudlark falou quanto as 4.000 armas vendidas no ano passado em Santa Catarina e as quase mil armas até abril deste ano. Elas são para clube de caça e tiro? Nós nem temos tantos clubes de caça e tiro que utilizam armas. Então, uma grande parte, sim, foi para as pessoas que compraram para se defender.

Esta é a minha colocação, ou seja, a de que não é arma somente para clube de caça e tiro.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Ana Paula Lima.

Vou dividir o meu tempo, deputado Antônio Aguiar, com v.exa.

Quero cumprimentar todos os srs. deputados, as sras. deputadas e a imprensa.

Deputado Antônio Aguiar, quando se fala em segurança, talvez eu seja um dos mais experientes da Assembleia Legislativa para não dizer o mais velho. Na época de escola, deputado Sargento

Amauri Soares e deputado Neodi Saretta, que conhece bem Concórdia, eu ia do parque de exposição até o Colégio São José, fazia quatro quilômetros a pé, pela manhã bem cedo, com alpargata na mão, pois ela gastava em poucos dias.

Estava por esses dias com o secretário César Grubba e ele dizia que há para serem investidos na segurança R\$ 450 milhões para construir cadeias, comprar equipamentos, veículos e armas. Quando é que vamos deixar de construir cadeias, deputado Antônio Aguiar, e ver esse valor investido na educação? Não estamos cortando o mal pela raiz? Não é culpa do governo do estado, ou do governo federal, ou daquele outro governo! Este foi o país que criamos!

Hoje os alunos não precisam ir a pé para a escola, mas ainda não temos condição de oferecer ensino gratuito em todos os níveis. Quando tivermos a consciência de que iremos garantir a segurança da nossa população, dando-lhe oportunidade de ensino, de conhecimento e criar uma sociedade mais justa, talvez não precisemos mais fazer tanto investimento em cadeias. Vimos todos os dias as dificuldades para garantir a segurança das pessoas: é a droga, o crime como consequência da vida que vivemos.

Srs. deputados, na terça-feira participamos de uma reunião jantar com o presidente da Ucesc, com as cooperativas e com os deputados Manoel Mota, Sandro Silva, Neodi Saretta, Serafim Venzon - o deputado Sargento Amauri Soares teve vontade de ir, mas não pode -, e todos nós pudemos ver a força do cooperativismo.

As cooperativas de Santa Catarina têm um milhão e meio de sócios e se pensarmos que cada família possa ter de três a quatro integrantes, teremos quase quatro milhões de sócios, ou seja, 1/3 da população catarinense, ligados ao cooperativismo. Os 40 deputados podem divergir em algumas coisas, mas todos reconhecem a importância do cooperativismo para o nosso estado.

Quando se fala em cooperativismo posso dizer que tenho um conhecimento maior, pois me atenho mais ao do agronegócio, mas é grande também em

outros setores como na saúde, no transporte, na cooperativa dos bancos que contribuem muito para o desenvolvimento de nosso estado.

Quero, assim, agradecer ao presidente Marcos Jordan por sua palestra, aos seus dirigentes, a todos os cooperativistas que lá estavam presentes e aos deputados que puderam obter mais conhecimento sobre esse importante setor.

Falará agora ainda no horário do PMDB o deputado Antônio Aguiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, para concluir o tempo destinado ao PMDB.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Em primeiro lugar, gostaria de saudar o presidente em exercício, deputado Manoel Mota, e os demais deputados e dizer da importância do debate que se está fazendo hoje, nesta Casa, sobre segurança pública.

Discute-se muito hoje o armamento ou desarmamento das pessoas. É evidente que cada um tem sua opinião, mas o governo federal, o governo do estado tem intenção de desarmar a população. Concordamos que o desarmamento tem que ser dos bandidos, das pessoas que não são do bem, através da vigilância nas fronteiras. A pessoa do bem às vezes fica desprotegida e tem também direito de ter a sua arma e de se proteger, mas ela não sabe nem puxar o gatilho. Então, existem os clubes de tiro para que essas pessoas possam se habilitar, através do treino, a atirar.

Existe, em Santa Catarina, um grande número de clubes de tiro, mas acreditamos que o desarmamento tem que ter um prazo para dar resultado. Se o desarmamento não der resultado, teremos que partir para o outro lado da moeda, ou seja, armar as pessoas para que possam fazer a sua defesa, porque os bandidos matam as pessoas de bem e não acontece nada.

Mas quero me referir também hoje, neste pronunciamento, à cidade de Joinville e região. Estivemos participando - este deputado e os deputados Darci de Matos e Kennedy Nunes -, em São João do Itaperiú, da reunião da SDR de Joinville

presidida pela secretária Simone, ocasião em que foi tratada a liberação de uma verba para o município de Joinville no valor de R\$ 600 mil para a compra de tomógrafo público computadorizado. Quero deixar bem claro aqui que esse tomógrafo é para ser usado para as pessoas carentes, que não têm condições de pagar uma tomografia.

É o primeiro tomógrafo público da história de Joinville. Atualmente, naquele município, existe um tomógrafo da Unimed, pelo Bradesco Seguros, nos hospitais, mas um tomógrafo para atender a população é o primeiro da história de Joinville.

Portanto, R\$ 600 mil serão destinados aquele município, recurso esse muito bem administrado pelo prefeito Udo Döhler, que está fazendo, com certeza, uma administração transparente e competente. Parabéns ao prefeito de Joinville.

Gostaria, da mesma forma, de parabenizar os vereadores, enfim, as pessoas que estão fazendo o crescimento e o desenvolvimento daquele município.

Esteve também presente naquela reunião o prefeito de Araquari, João Pedro Woitexem, que por sinal é nosso conterrâneo, deputado Maurício Eskudlark, de Canoinhas. Foi feito também um importante investimento no governo de Raimundo Colombo e Pinho Moreira ao município de Araquari para a compra de uma ambulância de R\$ 130 mil e de um aparelho de Raios X digital, no valor de R\$ 250 mil. Portanto, o município referido foi beneficiado na área da saúde.

No município de São Francisco do Sul, o prefeito Luiz Roberto de Oliveira, conhecido como Zera, informou que esta semana iniciará a construção do Centro dos Idosos, porque senão poderá correr o risco de perder a verba que está à disposição há mais de um ano e meio para esse fim. Ele falará com o sr. Celso Calcanhoto, no Centro Administrativo, para dar início a essa importante obra dos idosos da praia da Enseada, praia que há 40 anos veraneio.

Gostaria também de informar que continuam sendo realizados investimentos pelo governo estadual no planalto norte, que está olhando diferente para aquela região. E queremos uma

definição também do governador a respeito das ferrovias, pois no dia 7 de junho, juntamente com os deputados de Joinville, será realizada uma audiência pública naquela região, para a qual serão proponentes os deputados Darci de Matos e este deputado.

Essa audiência pública contará com a presença do senador Luiz Henrique da Silveira e de outros senadores, de deputados estaduais e federais e tratará a respeito do traçado do reperfilamento da ferrovia. Esse é o pedido que fazem o planalto norte e as lideranças. Esse trabalho será mais barato porque já há o leito da ferrovia, não precisa licença ambiental para isso. Será fácil para implantar a ferrovia, basta somente mudar a bitola de 1 m para 1,6 m.

Portanto, defendemos a ferrovia para o planalto norte!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, apenas quero agradecer a visita de 25 vereadores mirins da minha cidade, Blumenau, que estão acompanhados pela coordenadora Raquel Morcelli; dos estagiários Sabrina e Jonas, que vieram conhecer o Parlamento catarinense, um projeto que tem dado certo há muito tempo em nossa cidade e que inspirou esta parlamentar a fazer o Parlamento Jovem.

Tenho certeza de que serão os próximos vereadores na cidade ou futuramente deputados estaduais, federais, que já estão no caminho da política debatendo os problemas da nossa cidade e agora conhecendo um pouco mais do nosso estado.

Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Casa registra e deseja que todos sejam bem-vindos a este Poder Legislativo.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença, nesta Casa, dos vereadores Paulo Gabriel Kutzepa e Fernando Martin, do município de Tigrinhos, acompanhados pelo prefeito de lá, sr. Rudimar Francisco Guth, que transformou o referido município num dos mais belos do estado catarinense.

Da mesma forma, quero registrar a presença do prefeito Gilnei Antonio Guth, do município de São Miguel da Boa Vista, que também está formalizando a documentação para os recursos que o governo do estado está transferindo a esses municípios.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar a comitiva de Três Barras aqui presente e agradecer e dizer ao ex-vereador Joel, ao Dunga, ao Rildo e aos demais componentes, bem como ao vereador João Francisco Canani, que esta Casa de Leis está aberta para a comunidade de Três Barras.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Gostaria de dar boas-vindas aos vereadores e prefeitos de Blumenau que se fazem presentes nesta Casa hoje, pela manhã, especialmente aos vereadores mirins, pois tive a oportunidade de participar como vereador da criação do Programa Vereador Mirim, inclusive com emenda de nossa autoria pedindo mandato de um ano. Acho que ainda vai permanecer

essa proposta, para que haja uma maior participação de todo o município de Blumenau.

Parabéns à Câmara Mirim de Blumenau que vem dando seu exemplo como uma das pioneiras em Santa Catarina.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Sandro Silva - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, gostaria de cumprimentar os vereadores mirins de Blumenau e dizer que devido a essa difusão grande de câmaras mirins no estado é que este deputado criou o Dia Estadual do Vereador Mirim. A lei é do dia 11 de agosto e a partir de 7 de janeiro foi promulgada, a fim de se comemorar essa grande difusão da inserção política dos nossos jovens em nosso estado.

Obrigado, sr. presidente.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, apenas quero anunciar mais uma vez que hoje, às 14h, a Frente Parlamentar Mista de Combate à Violência em Santa Catarina sairá em comboio daqui da Assembleia Legislativa para São Pedro de Alcântara, tendo como primeira atividade externa entender um pouco mais o que está acontecendo lá e tentar contribuir, junto com outros órgãos, como o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, o Poder Judiciário catarinense e o governo do estado, no sentido de não vivermos mais uma onda de violência em Santa Catarina. No dia 27 de junho a referida Frente Parlamentar terá uma nova reunião de trabalho para discutir inclusive a visita em outros presídios em nosso estado.

Então, os parlamentares que desejarem nos acompanhar, serão todos muito bem-vindos.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, aproveitando a presença dos vereadores mirins de Blumenau nesta Casa, gostaria de cumprimentá-los e dizer que em função do Parlamento Jovem na Assembleia Legislativa recebemos continuamente escolas aqui. E uma escola de Rio das Antas propôs em meu gabinete que fosse elaborado um projeto de lei solicitando a criação da semana estadual da reciclagem. Então, formalizamos, em nome daquela escola, esse projeto que foi aprovado por esta Casa e sancionado na semana passada pelo governador, virando lei em Santa Catarina. Assim sendo, visitaremos a referida escola nos próximos dias.

Faço, então, este registro com a presença dos vereadores mirins nesta Casa, para mostrar que uma ação educativa virou lei em Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do vereador José Antônio da Silva e do suplente de vereador Vilmar Daminelli, do município de Sombrio, que estão aqui tratando de assuntos relacionados ao Hospital Dom Joaquim daquele município, no sentido de buscar recursos e apoio para aquela instituição.

Quero também cumprimentar o deputado Serafim Venzon pela realização da audiência pública amanhã na Câmara de Vereadores de Criciúma, que está sempre preocupado com o tema da infância e da adolescência. Então, estaremos em Criciúma naquela audiência, bem como na Amrec participando de um

trabalho para a construção de uma barragem na comunidade de Forquilha.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero saudar, de forma carinhosa, o líder do governo, deputado Aldo Schneider, que hoje completa mais um ano de aniversário.

Quero cumprimentar também os deputados Manoel Mota, José Milton Scheffer e os srs. deputados e lembrar os deputados do sul do estado para participarem, amanhã, de uma audiência pública na Câmara de Vereadores, que tratará das penas a menores em conflito com a lei.

Estão todos convidados como prefeitos, vereadores, conselheiros tutelares e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Enfim, quero cumprimentar os prefeitos, os vereadores, os conselheiros aqui presentes e dizer que o meu gabinete está à disposição deles.

Quero ainda cumprimentar os 295 prefeitos de Santa Catarina e seus munícipes que para chegarem à capital, no Centro Administrativo, na casa do governador, na Assembleia Legislativa, no Poder Judiciário, no núcleo do governo de Santa Catarina precisam enfrentar sempre uma longa fila, a perturbação do tráfego de entrada da nossa ilha que ultrapassa uma hora de espera, todos os dias. Isso perturba não somente os que moram longe, mas principalmente aqueles que vêm com horário marcado, às vezes, para ir aos hospitais. E os que vêm com ambulância conseguem ir um pouco mais rápido com a sirene ligada, mas há centenas de outros pacientes que vêm em carros normais e ficam esse tempo todo nas filas.

Imagino, sr. presidente, que daqui a pouco para entrarmos na cidade teremos que encontrar alguma forma aérea, pois mesmo que comece logo a construção do contorno vai demorar mais três ou quatro anos para ficar pronto. E o governador, os senadores tem frequentemente mobilizado todas as

formas para que esse contorno seja realizado. E o ministro César Borges deu um ultimato e está fazendo pressão sobre a autopista, que detém a concessão da rodovia.

Quero destacar que essa forma de pedágio cobrado em Santa Catarina na BR-101, cujo valor varia de R\$ 1,50 a R\$ 1,70 nos diversos pontos, tem por finalidade manter, conservar e fazer pequenas melhorias na rodovia, e assim como eu, a maioria das pessoas está satisfeita com o modelo.

No sistema em que o pedágio custa R\$ 25,00, muitas vezes o carro pequeno gasta mais com o pedágio do que com o combustível e isso desagradava. Até porque pagamos uma imensidão de impostos, inclusive sobre o imposto da Cide, o da gasolina, que é cobrado justamente para conservação e construção de estradas, mas depois cobram novamente um pedágio alto demais. Em Santa Catarina, entendo que esse pedágio de valor pequeno que tem a finalidade de fazer pequenos reparos é interessante e vejo um contentamento por parte de muitas pessoas.

Agora, a questão da construção do contorno em Florianópolis é indispensável e tem que acontecer logo. Parabéns a todas essas forças políticas que estão pressionando justamente para que ele seja construído o quanto antes, porque está perturbando demasiadamente o acesso para Florianópolis, porque facilitaria muito o fluxo dos automóveis de todas as pessoas que passassem pelo contorno, sem interferir no tráfego local.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Sr. deputado Serafim Venzon, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar v.exa. pelo tema abordado e dizer, em segundo lugar, que apesar de um pouco tardia, a ação é meritória. Aliás, essa ação já tinha sido acordada há tempo, com as respectivas procuradorias de cada município, inclusive foi feito também em Palhoça, na gestão do prefeito Ronério Heiderscheidt, pois era o clamor de toda a sociedade.

Essa ação por parte da ANTT é vergonhosa, é uma omissão, porque nas inúmeras audiências que foram feitas não apenas neste Parlamento como também na Bancada Federal Catarinense, com a presença de todos os seus membros, com os senadores, com a participação do governador, do vice-governador, em momento algum esse apelo foi atendido.

Por esta razão, penso que seria muito bom que possamos postergar a cobrança do pedágio e que esse anel, de uma vez por todas, saia do papel porque no escopo do processo licitatório isso já era compromisso da empresa que ganhou a concessão.

Parabenizo v.exa. pelo tema abordado.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Valmir Comin. Gostaria de cumprimentar mais uma vez as lideranças que estão fazendo essa mobilização em todo o estado justamente para que a execução dessa obra, desse anel aconteça o mais breve possível e venha atender a necessidade do nosso estado.

No mais, quero ainda saudar os funcionários e os diretores da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A, de Brusque, a empresa mais antiga da cidade e que deu o nome a inúmeras outras, mas que, dada a crise no setor têxtil, a crise global, em nível nacional, e a toda situação econômica, está praticamente fechando suas portas e deixando os funcionários em situação ruim.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sandro Silva - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Gostaria apenas de registrar, sr. presidente, a presença nesta Casa do presidente municipal do PPS de Joinville, Vanderlei Battisti, que faz um grande trabalho de estruturação do nosso partido em nossa cidade.

Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos

Políticos, os próximos minutos, tendo em vista acordo de líderes, são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, assomo à tribuna para registrar que este deputado, por cinco vezes, na cidade de Palhoça, juntamente com outros companheiros, a exemplo do deputado Sargento Amauri Soares, participou das manifestações referentes à cobrança de pedágio liberado indevidamente, pois se a concessionária não concluiu a obra, não cumpriu o seu papel.

A empresa concessionária tinha assumido um compromisso com a execução do anel viário naquele local e já se passaram alguns anos e aquela obra sequer foi colocada no papel. E o ministro, inteligentemente - e quero reconhecer isso aqui -, tomou as medidas que tinham que ser tomadas desde o primeiro dia, porque não era para ter sido aberto nunca o pedágio.

Entendo que as empresas podem vir para o Brasil usufruir e ganhar dinheiro, agora não podem vir para cá para enganar a população brasileira. Santa Catarina foi enganada e todas as entidades e os prefeitos estão aí lutando para que se possa desviar - e o compromisso foi assumido - de Palhoça a Biguaçu. E as coisas vão-se arrastando e nada acontece. Agora o ministro tomou as medidas fechando aquele pedágio que nunca poderia ter sido aberto. Por quê? Porque a empresa que assinou o contrato não cumpriu o compromisso.

Então, aquele pedágio nunca deveria ter existido, mas vão ter que mudar na marra porque é uma determinação do ministro dos Transportes o fechamento do pedágio.

E como é que vai ficar o anel viário da ligação de Palhoça a Biguaçu? Vão reabrir o pedágio sem dar sinal de vida com relação àquela obra? Acho que o Parlamento catarinense tem que tomar decisões. Não podem reabrir o pedágio enquanto aquele anel também não estiver concluído, porque está dentro do projeto. Já passaram mais de três anos e acho que já deu para ganhar muitos

milhões, só que cumprir zero! Não foi cumprido absolutamente nada!

Então, é preciso, sim, tomar algumas medidas duras e radicais para que empresas de outros países não venham para cá explorar a sociedade. Elas têm que vir para contribuir, gerar emprego e renda dentro de um limite legal e não para explorar. O pedágio foi aberto em Palhoça para explorar o usuário da BR-101, para tirar dinheiro indevidamente do usuário da BR-101.

Por isso temos certeza de que estávamos certos quando fechamos tantas vezes. Acho que deveríamos ter fechado mais vezes ainda. Não deveríamos ter deixado que fosse aberto em nenhum momento para forçar que tomassem medidas, fossem responsáveis e não usufruíssem da vida da sociedade e do usuário da BR-101.

Respondemos por quatro processos na Polícia Federal pelo fechamento da BR-101 quando buscávamos a ordem de serviço. Íamos fechar por tempo indeterminado e o presidente Lula disse que ela não precisava ser fechada novamente porque iria entregar a ordem de serviço. Ele realmente a entregou em Palhoça, pertinho de onde foi criado o pedágio. A obra está quase concluída, foi uma vitória não nossa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, dando continuidade à nossa alegria momentânea, porque quando voltamos de algum pleito com decisões favoráveis à própria natureza humana extrapola a euforia, espero que isso tenha continuidade porque a polêmica do contorno de Florianópolis é bem mais complicada do que o próprio pedágio. Quem passa todos os dias

pelo pedágio é complicado, mas quem passa esporadicamente tudo bem.

Mas com relação ao contorno de Florianópolis que há mais de dez anos esta Casa vem batendo, juntamente com os prefeitos da região e com as autoridades da região, quero acreditar no ministro dos Transportes Cesar Borges, porque acredito nos homens e na palavra. Quero acreditar porque quando ele bateu no peito disse: "Agora quem vai tratar do assunto sou eu"! V.Exa. estava presente, deputada, e viu quando ele bateu no peito dizendo que quem iria tratar do assunto era ele.

Por isso assomo esta tribuna para fazer este registro. Inclusive o deputado Esperidião Amin mostrou uma retórica de algumas audiências públicas que foram feitas na Assembleia quando presidia a comissão de Transporte há alguns anos e por algumas vezes foram feitas audiências públicas com a ausência da ANTT. E o deputado Valmir Comin, quando assumiu a presidência da comissão, quando fui para a Mesa, também realizou algumas audiências públicas sem a presença de algum responsável da ANTT e do DNIT.

Ontem, felizmente, estavam lá o diretor geral sr. Jorge Bastos, e a Natália. A Natália é meio raivinha, mas gosto de mulher assim. Ela, enquanto se discutia, ironizava, às vezes, dando uma risadinha e coisa e tal.

Quiseram contestar a afirmação do prefeito José Castelo Deschamps. Lamentavelmente, quando se conhece a matéria e se tende justificar alguma coisa que não aconteceu fica muito ruim para o poder público. E a Natália dava munição dizendo que a diminuição dos 18 km havia tido a concordância dos prefeitos da época na ocasião da reunião da audiência pública.

Então, não houve concordância em momento algum. A concordância sempre foi para os Km 175 a 222. Nunca houve qualquer modificação por parte dos catarinenses. Houve, sim, a tentativa por parte da ANTT, por parte da empreiteira ou da empresa exploradora, concessionária para que fosse diminuído. Ontem, inclusive, fizemos um pequeno gráfico lá, em que o prefeito de Biguaçu

solicitava uma ligação da atual BR-101 com o contorno, a fim de que fosse também criado um acesso passando pela cidade. Mas não que aquele traçado seria o que foi acordado nas audiências públicas.

Houve uma pequena discussão, a imprensa estava presente, deve ter havido gravações, mas não gostei muito da atitude da Natália, que é um pouquinho assim intransigente. Nota-se que ela tem conhecimento da matéria, mas quis também fazer uma afirmativa dando munição para o diretor geral da ANTT dizendo que o acordo havia sido com a administração dos 18 Km. Em absoluto!

Deputada, v.exa. viu a angústia dos deputados que estavam lá. Eu gostei da exposição do prefeito Marco Tebaldi, do deputado federal Esperidião Amin que, com conhecimento de causa, mostrou a realidade, munido de material das nossas audiências públicas quando presidíamos a comissão dos Transportes, ocasião em que realmente lamentávamos a ausência da ANTT e do DNIT.

Então, repito aqui, entendo que isso ficou muito bem esclarecido. Tomara que a minha euforia não se acabe logo.

Em primeiro lugar, assumindo a responsabilidade na condição do processo, dessa alça, tirando o trânsito pesado da nossa BR-101 através de um contorno que deverá perfazer 47 Km. E em segundo lugar, que a partir do dia 22 do mês que vem cessa-se a cobrança do pedágio até a construção do novo pedágio, onde foi determinado pelo próprio ministro que é na divisa com Paulo Lopes.

Então, fico contente, deputado, se isso realmente acontecer. Nós até já estamos tratando do assunto com as comissões de Transporte do Rio Grande do Sul e do Paraná, porque eles também se sentem prejudicados. Inclusive com o deputado Valdir Rossoni, presidente da Assembleia do Paraná, com o qual temos trocado muitas ideias. Esses dois estados estão sendo muito prejudicados.

A Sra. Deputada Dirce Heiderscheidt - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

A Sra. Deputada Dirceu Heiderscheidt - Bom-dia, sr. presidente, e bom-dia, deputado Reno Caramori.

Quero somente parabenizá-lo pela sua explanação, pois foi isso realmente que aconteceu ontem. Entendo que o fato de o ministro puxar o problema para ele nos deixou muito confiantes de que realmente teremos um final feliz para essa história, para essa novela que já é uma novela mexicana.

Desde o início essa praça de pedágio, esse contorno viário tem sido realmente um grande problema para a Grande Florianópolis.

Então, a partir deste momento esperamos uma solução para isso.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Muito obrigado, deputada.

Nós também esperamos uma solução.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário à Proposta de Emenda à Constituição - PEC - n. 0006/2008, de autoria do deputado Joares Ponticelli e outros; ao Projeto de Lei n. 0055/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, e ao Projeto de Lei n. 0203/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider.

A comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0089/2013, de autoria de entidade social.

A comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0182/2012, de autoria da secretaria de estado da Fazenda.

A comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0380/2012, de autoria de entidade social.

A comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0034/2013, 0046/2013, 0327/2012, 0409/2011, 0424/2012, 0514/2012 e 0631/2012, todos de autoria de entidade social.

Esta Presidência defere os Requerimentos n.s.:
0561/2013, 0562/2013 e 0563/2013.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra,
esta Presidência, antes de encerrar a presente
sessão, convoca outra, ordinária, para o dia 4 de
junho, terça-feira, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.